

CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa de Saúde São Lucas S.A., CNPJ 30.537.740/0001-22, é pessoa jurídica de direito privado, constituída em sociedade anônima de capital fechado, com capital de R\$ 3.250.000,00, dividido em 870.152 (oitocentas e setenta mil, cento e cinquenta e duas) ações, das quais, 582.844 (quinhentas e oitenta e duas mil, oitocentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas e 287.308 (duzentas e oitenta e sete mil, trezentas e oito) ações preferenciais nominativas, ambas sem valor nominal.

A entidade possui como finalidade estatutária, nos termos do Capítulo I de seu Estatuto Social, a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, abrangendo todas as especialidades, bem como o desenvolvimento de atividades relacionadas à operação de planos de saúde.

NOTA 2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis, a sociedade seguiu rigorosamente os preceitos estabelecidos pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais introduziram importantes modificações nos artigos da Lei 6.404/76. Tais alterações tratam de aspectos cruciais relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, com o objetivo de modernizar e aprimorar a transparência das informações financeiras das empresas no Brasil. A Lei 11.638/2007, por exemplo, trouxe a obrigatoriedade de novas práticas contábeis, como o reconhecimento de ativos e passivos no balanço patrimonial, além de especificar a forma de mensuração de determinados elementos financeiros, com ênfase na adequação ao padrão internacional de contabilidade.

Adicionalmente, a sociedade adotou as disposições estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC PME, aplicável às entidades de pequeno e médio porte. Referido pronunciamento foi elaborado com o propósito de simplificar e adequar as normas contábeis às particularidades dessas organizações, assegurando que as demonstrações contábeis sejam elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, porém sob uma abordagem menos complexa e mais compatível com sua realidade operacional.

Cumprir destacar que, na ausência de diretrizes específicas no CPC PME, a sociedade adota, de forma subsidiária, as orientações previstas no CPC 26, que disciplina os critérios de apresentação das demonstrações contábeis, garantindo maior consistência, comparabilidade e transparência das informações financeiras divulgadas.

Todos esses pronunciamentos, tanto as leis quanto os pronunciamentos técnicos, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, posteriormente, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A adoção desses padrões busca não apenas atender às exigências legais, mas também assegurar a transparência, consistência e comparabilidade das informações contábeis, fundamental para a tomada de decisões por parte de investidores, credores e outros stakeholders, além de contribuir para a harmonização das práticas contábeis brasileiras com os padrões internacionais de contabilidade, promovendo maior confiabilidade e robustez nas informações financeiras divulgadas.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, que reflete o valor de aquisição original dos ativos e passivos, sem ajustes por variações de mercado. No entanto, houve uma exceção para o imobilizado, que foi avaliado pelo valor justo. Essa abordagem considera o valor de mercado atual dos ativos, proporcionando uma estimativa mais precisa, especialmente para bens de longo prazo, como imóveis e equipamentos. A escolha do valor justo para o imobilizado visa refletir melhor as condições do mercado, enquanto o custo histórico é mantido para os demais ativos, equilibrando simplicidade e precisão nas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Isso significa que todas as transações e saldos são reportados com base no valor da moeda corrente do Brasil, refletindo a realidade econômica da empresa e facilitando a análise de sua posição financeira no contexto nacional. A escolha do Real como moeda funcional está alinhada com as práticas contábeis e legais, considerando que a Sociedade realiza suas operações predominantemente no território brasileiro.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Os valores contabilizados nesses subgrupos correspondem à moeda em caixa, depósitos à vista em contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, além de outros recursos que apresentam as mesmas características de liquidez imediata. Esses ativos são facilmente convertidos em dinheiro, com baixo risco de variação de valor, o que os torna altamente líquidos e adequados para o cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo da Sociedade. A classificação desses recursos dentro de subgrupos específicos visa proporcionar uma visão clara da capacidade da empresa de honrar seus compromissos de forma ágil e eficiente.

b) **Convênios Diversos a Receber** – Correspondem a créditos faturados decorrentes de contratos firmados com operadoras de planos de saúde privados, com o Sistema Único de Saúde e com clientes particulares. Tais valores refletem as receitas auferidas pela prestação de serviços, sendo que, no caso das operadoras e do Sistema Único de Saúde, os recebimentos ocorrem em conformidade com as condições e prazos estabelecidos contratualmente, enquanto os montantes relativos a clientes particulares são cobrados diretamente pela prestação dos serviços.

Referidos créditos possuem papel relevante na dinâmica do fluxo de caixa da Sociedade, por representarem direitos a receber oriundos de serviços já executados,

contribuindo de forma significativa para a manutenção da liquidez e para o equilíbrio econômico-financeiro da entidade.

c) **Estoques** – correspondem aos materiais médico-hospitalares, medicamentos e materiais de uso e consumo diversos, que são reconhecidos pelo custo de aquisição. Eles são avaliados periodicamente para garantir que seus valores contábeis não ultrapassem o valor de realização, ou seja, o valor que a empresa espera obter com sua venda ou uso. Caso, durante essa avaliação, seja identificado que o valor registrado é superior ao valor de realização, uma provisão é constituída para ajustar o valor dos estoques, assegurando que eles sejam refletidos de maneira mais fiel e prudente nas demonstrações contábeis. Esse processo visa garantir que os estoques não sejam superavaliados, refletindo de forma mais precisa a situação financeira e patrimonial da Sociedade.

d) **Imobilizado** – A Sociedade reconhece como ativo imobilizado os bens tangíveis que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios: (a) sejam mantidos para utilização na produção ou fornecimento de serviços, para locação a terceiros ou para fins administrativos; (b) possuam expectativa de utilização por período superior a um exercício social; (c) seja provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao ativo em favor da Sociedade; e (d) o custo de aquisição ou construção possa ser mensurado de forma confiável.

Adicionalmente, a Sociedade realiza, de forma periódica, a avaliação da recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de impairment), com o objetivo de: (a) reconhecer eventuais perdas por desvalorização, quando evidenciado que os ativos não serão capazes de gerar resultados suficientes para a recuperação do valor contábil registrado; e (b) revisar e ajustar, quando aplicável, os critérios adotados para a determinação da vida útil econômica estimada, bem como os métodos e taxas de depreciação, de modo a refletir adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros dos ativos.

e) **Depreciações** – são calculadas com base no valor justo dos ativos imobilizados. Esse cálculo é realizado utilizando o método linear, o que significa que a depreciação é reconhecida de forma constante ao longo da vida útil estimada de cada bem registrado no imobilizado. A vida útil de cada ativo é determinada considerando o tempo estimado em que o bem será utilizado pela Sociedade, e a depreciação é distribuída igualmente durante esse período. O valor da depreciação é reconhecido como despesa no resultado da empresa, impactando diretamente o demonstrativo de lucros e perdas, e reflete a perda de valor dos ativos imobilizados à medida que são utilizados nas operações da sociedade.

f) **Investimentos** - Os investimentos no GS Plano Global de Saúde LTDA, que correspondem a 72,50% do seu patrimônio líquido, foram ajustados utilizando o método de equivalência patrimonial. Esse método visa refletir o valor do investimento com base na participação da Sociedade no patrimônio da investida, ajustado conforme a variação do patrimônio líquido da empresa investida. O resultado gerado por essa equivalência, seja positivo ou negativo, é reconhecido diretamente no resultado do exercício da Sociedade, impactando o demonstrativo de lucros e perdas. Assim, o método de equivalência patrimonial permite uma visão mais precisa do

desempenho da investida, refletindo de maneira adequada os efeitos financeiros dessa participação no resultado da Sociedade.

g) **Custos dos Serviços Prestados** - São reconhecidos como custos os gastos incorridos com materiais médico-hospitalares, drogas e medicamentos, bem como com a contratação de serviços médicos prestados por pessoas físicas e jurídicas. Tais custos estão diretamente vinculados à prestação de serviços de saúde, integrando, portanto, o processo operacional da Sociedade.

O reconhecimento desses custos reflete os dispêndios necessários à aquisição de insumos essenciais ao funcionamento das atividades, incluindo materiais, medicamentos e a remuneração de profissionais e prestadores de serviços médicos. Ademais, observa-se o regime de competência, de modo que os custos sejam apropriados no período em que os serviços correlatos são efetivamente prestados.

Esse procedimento é fundamental para a adequada apuração do resultado operacional, assegurando que os custos estejam corretamente evidenciados nas demonstrações contábeis, o que contribui para uma mensuração fidedigna da rentabilidade e do desempenho econômico-financeiro da Sociedade.

NOTA 4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As disponibilidades excedentes de caixa são mantidas em aplicações financeiras de baixo risco e elevada liquidez, com o objetivo de possibilitar sua pronta conversão em numerário. Tal política tem por finalidade assegurar que a Sociedade disponha de recursos suficientes para o atendimento de eventuais demandas financeiras, especialmente no que se refere ao cumprimento de obrigações de curto prazo.

Ao adotar essa estratégia de gestão de caixa, a Sociedade otimiza a alocação de seus recursos, evitando a ociosidade financeira, ao mesmo tempo em que preserva a segurança e a liquidez dos ativos. Dessa forma, garante-se a continuidade operacional e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da entidade, com adequada gestão de seu capital de giro.

NOTA 5 – CONVÊNIOS A RECEBER

A posição do Contas a Receber, em 31/12/2025, encontra-se assim constituída:

Descrição	2025	2024
Convênios Diversos a Receber	497.870	3.038.195
Convênios SUS	3.526.697	1.787.290
Contas a Receber Particulares	2.124.755	2.724.137
Contas a Receber - Convenio GS	1.531.502	337.461
Total	7.680.824	7.887.085

O montante de R\$ 7.680.824, registrado na rubrica "Convênios Diversos a Receber", conforme demonstrado no quadro acima, é composto por saldos a receber oriundos de diversos convênios. Dentre estes, destacam-se Bradesco, CABERJ, Unimed, FUSMA e Petrobras, os quais representam parcela relevante dos créditos a receber da Sociedade.

Já o montante referente ao SUS, encontra-se consubstanciado no contrato que a Sociedade mantém com esse órgão, com previsão de faturamento mensal de aproximados R\$ 750.000, o qual pode sofrer uma variação de até 5% para mais ou para menos, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro das partes.

NOTA 6 – ADIANTAMENTOS

A posição dessa rubrica, em 31/12/2025, encontra-se assim constituída:

Descrição	2025	2024
Adiantamento de Férias	183.919	114.803
Total	183.919	114.803

O adiantamento de férias é um mecanismo trabalhista previsto na legislação brasileira (especialmente na Consolidação das Leis do Trabalho) que permite ao empregado receber antecipadamente a remuneração correspondente ao período de férias antes do início do gozo.

NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques mantidos pela Sociedade, em 31/12/2025, encontram-se assim constituídos:

Descrição	2025	2024
Material Médico Hospitalar	857.595	1.131.578
Drogas e Medicamentos	1.028.278	678.663
Material de Escritório e Papelaria	32.443	37.854
Material de Limpeza e Higiene	42.499	51.236
Material de Uso e Consumo	12.588	16.803
Material de Manutenção	22.680	26.547
Equipamentos de Proteção Individual	3.285	2.925
Gêneros Alimentícios	32.540	51.452
Total	2.031.909	1.997.058

Os estoques são compostos, substancialmente, por materiais médico-hospitalares, medicamentos e demais insumos utilizados na prestação de serviços de saúde. Tais itens são destinados ao consumo no curso normal das operações da Sociedade, estando diretamente relacionados à atividade-fim.

NOTA 8 – INVESTIMENTO

O investimento detido pela Sociedade na GS Plano Global de Saúde LTDA, correspondente a 72,50% do capital social, é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. Por esse método, o valor contábil do investimento é ajustado periodicamente de acordo com a participação da Sociedade nas variações do patrimônio líquido da investida.

Em 31 de dezembro de 2025, foi apurada uma variação positiva no patrimônio líquido da GS Plano Global de Saúde LTDA, a qual resultou no reconhecimento de receita de equivalência patrimonial no montante de R\$ 3.783.039. Referido valor foi devidamente apropriado no resultado do exercício da Sociedade, refletindo a valorização do investimento e o impacto positivo dessa variação no desempenho econômico-financeiro da entidade.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

As variações sofridas no Imobilizado de 2024 para 2025 encontram-se demonstradas no quadro abaixo:

Descrição - Imobilizado	2024	Aquisições 2025	Baixas 2025	Depreciação Acumuladas	2025
Móveis e Utensílios	899.610	74.672	-	-552.337	421.945
Veículos	75.825	-	-	-28.270	47.555
Instalações	530.641	93.162	-	-236.166	387.637
Máquinas e Equipamentos	7.321.449	1.003.329	-	-4.186.211	4.138.567
Computadores e Periféricos	243.195	11.187	-	-196.447	57.935
Imóveis	19.821.000	-	-	-1.632.318	18.188.682
Consórcio Bradesco Grupo 1.623 - Conta 191	119.723	40.530	-	-	160.253
Benfeitorias	8.224	-	-	-1.536	6.688
Terrenos	8.341.000	-	-	-	8.341.000
TOTAL	37.360.665	1.222.880	-	-6.833.285	31.750.263
Descrição - Intangível	2024	Aquisições 2025	Baixas 2025	Depreciação Acumuladas	2025
Softwares	48.501	-	-	-48.501	-
TOTAL	48.501	-	-	-48.501	-

A Administração da Sociedade procedeu à análise criteriosa do contexto interno e externo de suas operações e concluiu pela inexistência de quaisquer indícios que pudessem indicar perda por desvalorização (impairment) dos ativos integrantes do imobilizado.

Com base nessa avaliação, entende-se que os referidos ativos estão adequadamente registrados por valores que não excedem seus montantes recuperáveis, refletindo, de forma fidedigna, sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, as taxas de depreciação aplicadas foram determinadas com base na vida útil econômica estimada de cada ativo, considerando o padrão de consumo dos benefícios econômicos, de modo a assegurar que a despesa de depreciação reconhecida nas demonstrações contábeis esteja alinhada com a efetiva utilização e desgaste dos bens.

Dessa forma, a Administração entende que os critérios adotados são consistentes e que as informações apresentadas refletem, de maneira adequada, a posição e o valor dos ativos imobilizados da Sociedade.

NOTA 10 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

A posição dessa rubrica, em 31/12/2025, encontra-se assim constituída:

Descrição	2025	2024
Salários a Pagar	708.509	606.413
FGTS a Recolher	171.946	210.985
INSS a Recolher	1.237.976	1.211.104
Outras Obrigações	1.362.331	170.104
Total	3.480.762.07	2.198.606

NOTA 11 – FORNECEDORES

A posição dessa rubrica, em 31/12/2025, encontra-se assim constituída:

Descrição	2025	2024
Fornecedores/Serviços internos	53.398	325.744
Total	53.398	325.744

No que se refere ao montante registrado na rubrica “Fornecedores/Serviços Internos”, a Sociedade entende que não há concentração relevante dessas obrigações. Os saldos encontram-se pulverizados entre um número expressivo de fornecedores, sendo que a maior parte corresponde a valores individualmente pouco significativos. Embora existam fornecedores com saldos de maior representatividade, a distribuição global das obrigações é ampla e diversificada, não se verificando exposição relevante a um número restrito de credores.

Dessa forma, a Administração avalia que não há concentração excessiva que possa comprometer a posição financeira da Sociedade ou ensejar riscos desproporcionais no cumprimento de suas obrigações, mantendo-se, portanto, um adequado nível de dispersão e controle dessas responsabilidades.

NOTA 12 – EMPRÉSTIMOS

A posição dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se representada pelo empréstimo contraído junto ao Banco Itaú, o qual está devidamente reconhecido no Balanço Patrimonial, segregado entre o curto e o longo prazos, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante (Curto Prazo):

BANCO	2025	2024
Banco Itaú	180.427	270.969
TOTAL	180.427	270.969

Passivo Não Circulante (Longo Prazo):

BANCO	2025	2024
Banco Itaú	165.873	106.736
TOTAL	165.873	106.736

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

A posição dessa rubrica, em 31/12/2025, encontra-se assim constituída:

Descrição	2025	2024
ISS a Recolher	368.291	168.397
PIS a Recolher	30.163	64.510
COFINS a Recolher	139.986	297.916
ISS a Recolher - Contencioso	585.040	599.197
Outras Obrigações Fiscais	692.948	227.820
Total	1.816.428	1.472.662

O valor de R\$ 585.040, constante no quadro acima, refere-se a um processo judicial movido pela Sociedade contra a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, no qual se discute a obrigatoriedade do pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços). De acordo com o escritório de assessoria jurídica Fernandes Biar Dinoá Advogados, responsável pelo acompanhamento do processo, a probabilidade de a Sociedade perder a demanda é considerada como possível. Com base na avaliação da probabilidade de perda, conforme a norma CPC 25, não seria necessário o reconhecimento de provisão para esse passivo, mas apenas a divulgação da contingência em nota explicativa.

Contudo, a administração da Sociedade, adotando uma postura mais conservadora e utilizando de seu julgamento profissional, decidiu por manter o valor provisionado como uma medida de precaução, considerando a possibilidade de uma eventual perda no processo judicial. Essa abordagem visa garantir que a empresa esteja financeiramente preparada para o impacto de uma possível decisão desfavorável, refletindo o princípio da prudência nas demonstrações contábeis, e assegurar que os investidores e outros stakeholders tenham uma visão mais clara dos riscos envolvidos.

NOTA 14 – PARCELAMENTOS

A Sociedade mantém diversos parcelamento ativos, envolvendo diversos tributos e competências, sendo o PERT Previdenciário e PERT Demais Débitos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) e à Receita Federal do Brasil (RFB) os mais expressivos, cujo detalhamento e posição em 31/12/2025 encontram-se demonstrados no quadro abaixo:

Passivo Não Circulante (Longo Prazo):

Descrição	Valor
Parcelamentos - (-) Encargos s/ parcelamentos	3.503.438

Passivo Não Circulante (Longo Prazo):

Descrição	Valor
Parcelamentos - (-) Encargos s/ parcelamentos	8.535.806

Ressalta-se, ainda, que todos os parcelamentos mencionados nas tabelas acima, com exceção do parcelamento do ISS e do INSS Compensação, estão sujeitos à correção pela Taxa Selic, o que implica em um encargo da dívida. No entanto, esse encargo, em termos relativos, é considerado pouco significativo para a Sociedade, não representando um impacto expressivo nas suas obrigações financeiras.

É importante destacar que, entre os parcelamentos listados, estão inclusas diversas competências tributárias, tais como: Parcelamento COFINS, INSS, PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), INSS Compensação e PIS. Esses parcelamentos abrangem uma variedade de tributos e competências fiscais, sendo importantes para a regularização das pendências tributárias da Sociedade. A utilização da Taxa Selic para a correção das dívidas reflete uma prática comum no contexto fiscal brasileiro, mas, devido à sua relativa moderação, não compromete substancialmente a saúde financeira da empresa.

NOTA 15 – ACORDO JUDICIAL

A Sociedade firmou acordo judicial, conforme Instrumento de Transação, datado de novembro de 2017, para encerrar a ação judicial indenizatória, identificada pelo Processo nº 0000077-74.1992.8.19.0037, 2ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo, envolvendo o Espólio de Manoel Delmiro Amoedo Cima, cujo respectivo saldo a pagar foi encerrado em 2022.

NOTA 16 – PAHI – PROGRAMA DE APOIO AOS HOSPITAIS DO INTERIOR

A Sociedade recebeu subvenções governamentais da ordem de R\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos mil reais), em duas parcelas, sendo a primeira de R\$ 894.000, em 03/03/21, e a segunda de R\$ 306.000, em 10/11/21, proveniente do PAHI (Programa de Apoio aos Hospitais do Interior), instituído pela Resolução SES 2008, de 24 de março de 2020 da Secretaria de Estado de Saúde implementado pela Deliberação CIB-RJ 6.265, de 08 de outubro de 2020, da Comissão Intergestores Bipartite. Tais recursos foram originariamente reconhecidos no Passivo Não Circulante, como Receita Diferida, e apropriados ao resultado como receita, à medida de sua efetiva utilização na aquisição de ativos, cujo saldo, em 31/12/22, é de R\$ 186.593,91, de acordo com o CPC 07 R1, itens 3, 12, 15, 15 A, 16 e 18, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em 2022, 2023 e 2024, não foi recebido zero valor relacionado a subvenções governamentais.

NOTA 17 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para este exercício foi elaborada a Demonstração dos Fluxos de Caixa (D.F.C.) de acordo com a obrigatoriedade da Lei 6.404/1976, no artigo 176, inciso IV e parágrafo 6º, uma vez que seu Patrimônio Líquido é superior a R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais). Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na Demonstração dos Fluxos de Caixa compreendem:

Caixa	31.554
Saldos em Bancos	4.270
Aplicações Financeiras de curto prazo	4.975.488
TOTAL	5.011.312

NOTA 18 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (D.R.E.)

Na Demonstração de Resultado do Exercício (D.R.E.), o resultado apresentado reflete exclusivamente as operações individuais da Casa de Saúde São Lucas, ou seja, não inclui os valores provenientes da equivalência patrimonial relacionados ao investimento nas atividades da controlada GS Plano Global de Saúde Ltda. Isso significa que, embora a Sociedade detenha participação na GS Plano Global de Saúde Ltda., os resultados financeiros dessa controlada, como o lucro ou prejuízo gerado pela empresa investida, não são incorporados diretamente à D.R.E. da Casa de Saúde. Em vez disso, esses resultados são reconhecidos de forma separada, conforme o método da equivalência patrimonial, e são apresentados em notas explicativas ou em outras demonstrações, mas não impactam o resultado operacional da Casa de Saúde de maneira direta.

NOTA 19 – RESULTADO DO PERÍODO DE APURAÇÃO

O Resultado do Exercício foi apresentado por um LUCRO LÍQUIDO de R\$ 7.12.579 (Setecentos e doze mil quinhentos e setenta e nove reais).

Nova Friburgo – RJ, 31 de dezembro de 2025.

José Carlos Verbicário Dantas dos Santos Junior – Diretor Superintendente –
CPF 851.849.007-30

Vinícius do Couto Sousa – Contador - CPF 124.026.837-83 – CRCRJ 114950/O-8